MOSAICOS DA INDEPENDÊNCIA — A PRIMEIRA MÃE DOS BRASILEIROS

Raimundo Teles Pinheiro

Comemoramos no mês de setembro a "Semana da Pátria" e nela o "Dia Santo da Pátria" — 7 de setembro — e exaltamos os feitos dos seus promotores e arautos.

É oportuno, portanto, fazermos algumas considerações atinentes ao longo, cruciante e cruento processo que conduziu aos instantes finais da aquisição da nossa independência política.

Costuma-se escrever e divulgar, e o fizeram abundantemente para a nossa geração e para as seguintes, que a nossa autonomia foi conquistada de forma incruenta, pacífica, amigável.

Santa ingenuidade ou má fé!... Todos os pruridos de reação contra as pressões econômicas e ou sociais e políticas do governo português, no período colonial, foram reprimidos com violência e derramamento de sangue.

Vejamos. Partindo das origens, mesmo considerando os movimentos locais ou regionais, começaremos a caminhada com a **Revolta de Bequimão** em 1684, desde que classifiquemos a aclamação de Amador Bueno para Rei de São Paulo, em 1641, como "insólita tentativa desprovida de caráter independentista", bem assim o episódio da "Conjuração do Nosso Pai", de Pernambuco, em 1666, contra o tirano e desonesto capitão-general Jerônimo de Mendonça Furtado. A seguir, desde que não consideremos a guerra dos "Emboabas", (1706/1708) de natureza independentista, deparamo-nos com a guerra dos "Mascates", de Pernambuco, em 1711, em que os exaltados, como Bernardo Vieira de Melo, queriam que fossem proclamadas a independência e a república; no mesmo ano (1711),

em outubro e dezembro, foram reprimidos dois movimentos populares na Bahia, originados pela insatisfação das condições de vida. A seguir, registramos o levante de 14 de janeiro de 1720, em Pitangui de Minas, seguido da "Revolta de Filipe dos Santos", em Vila Rica, no mesmo ano, que foi reprimida com violência e derramamento de sangue...

Afirma Toynbee que o tiro disparado pelos fazendeiros americanos em pé de guerra, na ponte de Concord, Massachusetts, em abril de 1775, fora ouvido em todo o mundo: fora ouvido na França antes do fim de século XVIII, recolcheteou para a América Ibérica recheado com as idéias dos Enciclopedistas, e aí ecoou como um trovão, voltando a ser ouvido na Europa continental novamente, na África e na Ásia, até os nossos dias.

Assim, foi ouvido pelos idealistas da "Conjuração Mineira" de 1789, que levou ao patíbulo o líder Tiradentes, cujo sangue foi derramado em 21 de abril de 1792, e foi o único a pagar cruentamente com a vida, o crime de haver sonhado com a liberdade de sua terra. Ainda no século XVIII, na Bahia, foi reprimida com enforcamento o movimento de rebeldia promovido por um grupo de negociantes, profissionais liberais e militares, que planejaram, em 1798, proclamar a República que, consoante acreditavam, daria a todos — brancos e negros — igualdade de direitos, tornando-se considerada a primeira revolução socialista brasileira.

A seguir, calcadas nas vagas ideologias dos Enciclopedistas franceses e apoiados na ação da maçonaria, encontramos a Conspiração dos Suassunas e a Revolução de 1817, "esta, marco iluminado do nacionalismo brasileiro, sim, porque em vão procuramos na nossa história motivo de maior glória; mesmo perdendo, os homens que se levantaram em Pernambuco, definem-se como apóstolos e heróis", na afirmação de Manoel Bonfim, que prossegue: "nem é possível compreender a monstruosidade de um Brasil que se emancipa com a Independência de 7 de setembro, sem buscar referência na revolução essencialmente brasileira de dezessete, e cujas energias foram abatidas pelos sicários do Bragança"...

E não conta o sangue derramado para a consolidação dessa Independência na Bahia, em Pirajá, no Piauí, em Jenipapo, e no Maranhão, em Caxias?...

Analisemos os fatos consciente e friamente, raciocinemos e façamos uso da razão!

Embora todas as rebeliões deflagradas no Brasil colônia tenham conotações econômicas, "revelando heróis e traidores, foram movimentos contra estrangeiros ou contra os desmandos do sistema colonial, e mostravam já uma busca da liberdade" e de unidade da Pátria que, então, se formava, a partir da expulsão dos Holandeses...

"Com Dom João VI o Brasil adquiria praticamente a emancipação política e tomava a rota para uma orientação econômica, contra o que reagem os interesses comerciais da metrópole, prejudicados no seu monopólio, através da Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820. A Assembléia revolucionária, reunida em Lisboa no ano seguinte, pretendia dar ao Reino uma Constituição e, paralelamente, exigia o regresso do soberano, ao mesmo tempo que — tentando superar dificuldades econômicas de Portugal — estabelecia uma gama de medidas que equivaliam à recolonização do Brasil".

Pressionado pelas guarnições portuguesas do Brasil, por funcionários do governo e por Dona Carlota Joaquina, D. João capitula e retorna à Lisboa, deixando antes a Direção dos negócios do Brasil a seu filho D. Pedro, na qualidade de regente.

"Mais decidido que seu pai e possuidor de personalidade autoritária", D. Pedro não se submete a limitações à sua liberdade de decisões e ao cerceamento de sua autoridade, resultando numa situação embaraçosa. Por um lado, de fato, o Brasil surgia como um país dentro do Império e, tendo em vista seus vultosos interesses, não podia submeter-se às medidas provenientes de uma Corte longínqua; por outro lado, despontava a pressão dos interesses portugueses, não só da Corte, como dos comerciantes estabelecidos no Brasil, do Império, e da dinastia da qual D. Pedro era o herdeiro.

Entre os brasileiros, o que se aspirava era igualdade com Portugal dentro do Reino Unido; excetuados os exaltados e radicais que pregavam a separação entre os dois Estados, o geral, em 1820, era conseguir-se a autonomia das decisões dos mesmos, com instituições políticas distintas, mas não independentes, como se manifestaram, nas Cortes de Lisboa, os deputados brasileiros Vergueiro e Antonio Carlos. Essa tese não foi considerada pelos constituintes liberais, e a exigência do regresso do Príncipe Regente a Lisboa culminou com uma série de medidas desfavoráveis ao Brasil, inclusive a política de recolonização, que colocaram os brasileiros entre as tena-

zes de um dilema: submissão ou separação. E a declaração da Independência foi a opção, "tomada com muita cautela, dentro da política conciliadora de José Bonifácio que visava acima de tudo, manter a ordem, a autoridade e a integridade do Império Nacional que se formava".

E a decisão tomada por D. Pedro, na colina do Ipiranga, de romper os laços com Portugal, expressou os anseios do povo brasileiro, disposto a continuar lutando pela sua emancipação. E para essa solução viril concorreu, sobremodo, a magnífica D. Leopoldina que, consoante Max Fleiu foi "a Paladina da Independência e, para o povo brasileiro, bem se pode dizer, a primeira mãe, cujo simile moral em tudo digno de si, só teve paralelo em D. Teresa Maria Cristina, nossa terceira Imperatriz; santa heroina do ciclo da Independência, sofreu também, como Joana Angelica de Jesus, o seu martirio moral pela suprema causa da Pátria".

Para Monsenhor Pinto de Campos, foi ela "a adorável princesa da mais vasta instrução, dos mais extraordinários talentos, da mais severa virtude, do mais delicado trato, dos mais austeros princípios, da mais generosa singelesa"...

Dona Carolina Josefa Leopoldina nasceu em Viena, Áustria, no dia 22 de janeiro de 1797, filha do Imperador Francisco I e de Maria Teresa Carolina de Bourbon; foi a primeira Imperatriz do Brasil. Teve a mais esmerada educação, conhecendo bem o alemão, o italiano, o francês, o inglês e aqui aprendeu facilmente o português, além de ser exímia pintora e pianista, bem como apaixonada pela minerologia, pela botânica, pelo estudo da História e da Geografia do Brasil. Foi ela a promotora da vinda ao Brasil da 3.ª missão científica de 1817, encarregada de estudar a nossa flora e fauna, e ainda, da vinda dos cientistas Von Spix e Von Martius. E mais, montava e atirava muito bem.

Aos 20 anos casou-se, por procuração, com o Príncipe D. Pedro no dia 13 de maio de 1817, chegando ao Brasil aos 5 de novembro do mesmo ano, sendo recebida com as mais ruidosas festas de que teve notícias o Rio de Janeiro; e aqui faleceu aos 11 de dezembro de 1826, sob a consternação do povo que muito a queria e sobremodo a respeitava.

Em 1820 D. João VI, premido pelas Cortes, retornou a Lisboa, deixando seu filho D. Pedro como Regente do Império, com o que não concordaram as Cortes, que queriam a volta de D. Pedro, e, por meio de Decretos, acabaram com o sistema

provincial centralizado no Rio, substituindo-o pela centralização em Lisboa. De tudo isso resultou a rebeldia do Princípe e o celebre "Fico" de 9 de janeiro de 1822, quando se iniciou a luta entre os que apoiavam D. Pedro e os portugueses contrários à sua política. E, dentre os primeiros encontramos a Princesa Leopoldina que, durante a permanência de D. Pedro em Minas e São Paulo, assumiu a regência do Império e o incentivou sobremodo, manifestando sempre, claramente, o interesse pelo futuro político da Pátria de adoção, como declara o Conselheiro Antônio Meneses de Vasconcelos Drumond: "A Independência teve a ampará-la os carinhos, a dedicação, ternura e nobreza da excelsa Dama. Fui testemunha ocular de que a Princesa Leopoldina cooperou vivamente, dentro e fora do país, para a Independência do Brasil. Dentro deste ponto de vista, o Brasil deve à sua memória gratidão eterna". Escrevendo a D. Pedro em data de primeiro de agosto de 1822, dizia a augusta senhora: "O Brasil está em vossas mãos, um grande País. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio, ele fará a separação. O pomo está maduro. Colhei-o já!" Admirável demonstração do seu interesse e de amor pela causa que já empolgava os espíritos...

Entre a Princesa e José Bonifácio, que a estimava e lhe admirava sinceramente as virtudes, houve o seguinte diálogo, aos 17 de janeiro de 1822, que assim nos apresenta Viriato Correia: "O Príncipe meu marido foi muito feliz em nomeá-lo seu Ministro — José Bonifácio teve um movimento de quem não ouvira direito: Em nomear quem? — Vossa Excia. Sr. Conselheiro — Nomear o quê? — Ministro da Pasta do Reino, Justiça e Estrangeiros — Eu não sabia disto. Eu não posso ser ministro. Estou velho, cansado, e nada, nada entendo de política — A Princesa não o interrompeu. Só quando ele se calou foi que ela resolveu falar: — Conselheiro, se um pedido meu lhe merece acatamento, eu o faço com o maior empenho: aceite a nomeação. A situação do Brasil é melindrosa. Estamos a preparar a nossa emancipação. Mais dia menos dia estaremos separados de Portugal. Já todos nós sentimos que a nossa independência é inevitável — E, depois de um segundo de pausa: Vossa Excia, melhor do que eu, sabe quanto são difíceis e perigosos esses momentos para um país. É preciso ter homem ao leme, homem que não tenha medo dos temporais e saiba como se faz boa navegação. Meu marido é muito moço. Precisa de um piloto hábil ao leme do barco — E fi-

tando o velho paulista —: E esse homem é V. Excia, Senhor Conselheiro. É V. Excia., pelo saber, pela experiência da vida, pelo equilíbrio que a idade já lhe deu, pelo prestígio do seu nome e pelo patriotismo. O meu marido, apoiado por V. Excia., caminhará com firmeza e com êxito. Não lhe negue esse favor. Nem a ele, nem ao Brasil — E, sorridente, com uma centelha de entusiasmo nos olhos azuis: — É preciso formar a Pátria brasileira. É preciso que o Brasil deixe a sua condição de colônia para ser pátria independente. E, para realizar essa nobre aspiração do povo, o Brasil precisa de tudo quanto lhe queira dar o senhor Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva — E antes que José Bonifácio, emocionado, conseguisse falar, ela, com um tom de voz de infinita sedução, perguntou: — Posso comunicar a meu marido que V. Excia, será o seu Ministro? — Alteza — respondeu José Bonifácio, comovido até o fundo da alma: — Não tenho forças para resistir às vossas ordens".

Mulher sublime, grandeza de espírito, grandeza de caráter, Paladina da Independência!

Conhecem-na as gerações atuais? Desgraçadamente, não! A nossa patente ingratidão não tem limites...

Pagaríamos essa impressionante dívida se em praça pública das capitais de cada dos nossos Estados chantássemos uma sua estátua, e no seu pedestal esculpíssemos numa lápide, em letras de ouro puro:

IMPERATRIZ LEOPOLDINA
PALADINA DA INDEPENDÊNCIA
PRIMEIRA MÃE DOS BRASILEIROS.

BIBLIOGRAFIA

— **História do Brasil.** Bloch Editora, 1972.

— **Grandes Personagens da Nossa História.** Editor Victor Civita, 1972.

— **Revista do Instituto do Ceará.** Tomo Especial, 1972.

— **Biografia de Personalidades Célebres.** Professora Carolina Renó Ribeiro de Oliveira, 10.ª Edição, 1971.

— **O Brasil.** Manoel Bomfim, Brasiliana, vol. 47, 1940.